

## Declaração

A intenção de mudar as competências em matéria de educação para os municípios, em teoria parece uma boa ideia, mas infelizmente na prática tem se revelado incapaz de obter sucesso. Os pequenos passos realizados neste sentido têm prejudicado a maior parte dos intervenientes e os respectivos objectivos educacionais.

Da realidade que conheço, enquanto professor (1999-2001) (2004) das AEC na área da Educação Física e coordenador dos mesmos no ano de 2001, verifiquei que os Municípios, onde exerci a minha actividade não tinham consciência, nem capacidade, nem interesse para oferecer um valor acrescentado à educação. Embora por vezes apareça essa intenção, mas os problemas financeiros destas, não lhes permite agir segundo um espírito de missão, mas sim de lucro financeiro. Deste modo, as verdadeiras intenções educacionais com que nasce esta passagem vão se deteriorando ao longo do processo.

A verdadeira questão a tratar não é a passagem, mas sim o grau de autonomia que os municípios poderão receber da tutela e os problemas começam logo na contratação do elo crucial na Educação, os docentes, onde verifiquei que o critério que prevalece sobre todos é a relação pessoal estabelecida com esse candidato ou respectiva família. Esta pequena falha no processo de selecção tem consequências desastrosas na implementação do processo educativo, comprometendo este em todas as suas dimensões. Sendo este aspecto um alicerce da casa que queremos construir, não vale a pena continuar a discutir este assunto se não conseguirmos resolver este, que se encontra a montante de todos os que vejo a ser tema de discussão.

Na minha opinião as AEC devem estar integradas e geridas pelas Escolas Básicas mães e devem ser da responsabilidade delas em harmonia com os municípios, claro que nesta perspectiva existem imensos assuntos e alinhamentos a discutir, mas primeiro os alicerces desta têm de estar seguros. A autonomia no processo de selecção dos docentes têm imensas vantagens, mas na realidade, ou seja, perante o patamar de consciência e responsabilidade social que a sociedade portuguesa apresenta no presente, este objectivo tem de ser encarado com muita prudência, pois nos moldes que está a ser introduzido tem arruinado muitos objectivos educativos nacionais.

**Valdemar Martins – Escola EB23 Nery Capucho**